

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO NO PERÍODO DE 2007 A 2017

¹Daniele Vieira Araújo Anunciação; ²Wania Ribeiro Fernandes

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM
dani_varaujo@hotmail.com

²Prof. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFAM - waniafer@gmail.com

Introdução

A pesquisa consistiu em levantamento de dissertações e teses coletadas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em artigos de periódicos e anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), visando identificar o estado da arte da produção científica sobre gestão educacional na perspectiva da inclusão na última década. Foi identificado um total de 753 documentos, sendo que 25 destes se dedicaram a explorar facetas da educação especial e possíveis desdobramentos na gestão escolar. Tal constatação indica ser esta uma vertente ainda incipiente de pesquisas de estudiosos do campo da gestão educacional, apesar da centralidade que a temática da avaliação vem conquistando nas diretrizes políticas da área.

Atualmente evidencia-se no sistema educacional brasileiro o movimento pelo acesso e democratização do ensino, com vistas a universalizar o ensino a todos, nessa perspectiva está imbricado o movimento pela educação inclusiva, que se constitui como uma ação social, política, cultural e pedagógica em que todos os alunos têm direito de aprender juntos sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008). Nessa proposta a gestão está articulada com a universalização do ensino para todos, onde seu papel é fundamental para atingir a democratização e inclusão de todos no sistema educacional.

O termo Gestão vem do latim: gestione e refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar. No novo Dicionário Aurélio (Século XXI) gestão significa: ato de gerir; gerência, administração. Esse significado do termo, no âmbito educacional sofre uma mudança de paradigma na década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que deixa de entender a gestão escolar na vertente burocratizada, administrativa, estática e hierarquizada, e passa a identificá-la a partir de um princípio democrático (LDB 9394/96), conforme expresso em seu art. 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”

Nessa perspectiva a gestão dá aos gestores autonomia de mudanças, de rever o seu projeto, de inseri-lo na realidade da comunidade local, considerando que cada cultura, sociedade ou região possui sua especificidade, sua particularidade e deve garantir a participação de todos.

A gestão educacional nacional é baseada na organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal e das incumbências desses sistemas das várias formas de articulação entre as instâncias que determinam as “normas”, executam e deliberam no setor educacional e da oferta da educação pelo setor público e privado. Cada órgão tem um papel no contexto educacional do País. Segundo Lück (2013) a gestão educacional é de suma importância, uma vez, que por meio dela, se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globais, mediante visão de conjunto.

Diferente da gestão educacional, a gestão escolar, trata das incumbências que os estabelecimentos de ensino possuem, respeitando as normas comuns dos sistemas de ensino. Cada escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus

recursos materiais e financeiros; cuidar do ensino-aprendizado do aluno, proporcionando meios para a sua recuperação; e articular-se com as famílias e a comunidade, proporcionando um processo de integração.

O papel da gestão educacional é fundamental para que essas ações da perspectiva inclusiva sejam concretizadas na rede regular de ensino, onde ela é democrática, para todos, visando sempre à qualidade do ensino para sua comunidade escolar. Conforme Rosa (2009), na defesa de uma gestão educacional com princípios democráticos, essa gestão deve ser analisada sob duas óticas: a da esquerda e da direita. A primeira apoiando a gestão democrática como encurtar as distâncias entre a sociedade e a escola, para construir um ambiente de participação de todos, desenvolvendo dessa forma a valorização da democracia. A segunda visando à redução do Estado, objetivando selecionar os gastos públicos e desviar do interior do aparelho estatal os conflitos. Nessa compreensão, o verdadeiro Gestor tem que vir da própria comunidade e não por indicação política, que traz uma visão especificamente administrativa, com a ideologia vertical, com interesses do Estado e não da comunidade local.

O caráter político e de poder que marca determinada Gestão, estabelece relações com os outros sujeitos que compõem a comunidade escolar, implementando sua própria compreensão de educação e seus interesses. Essa prática por sua vez, vai caracterizar as diversas formas de gerir uma instituição, variando o grau de participação, engajamento, centralização, entre outros, mesmo que nas políticas educacionais estejam claras que a gestão deve ser democrática, reiterando o que preconiza a LDB 9394/96. Assim, os princípios que norteiam o trabalho do gestor terão grande influência nos planos e ações da escola.

Vale ressaltar que os sistemas de ensino como um todo, e os estabelecimentos de ensino, são órgãos vivos, dinâmicos, caracterizados por uma rede de relações diretas ou indiretas que nela infere, demandando um novo tipo de organização. É a esta visão que a gestão deverá procurar responder. Ela abrange, portanto a dinâmica das interações decorrentes do trabalho como prática social e passa a ser o enfoque orientador da ação do dirigente, executada nas escolas de forma compartilhada e em equipe.

GESTÃO DEMOCRÁTICA O CAMINHO PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na perspectiva de uma educação para todos, e democrática, buscamos na compreensão de Lück (2013), para o embasamento teórico-metodológico a gestão educacional para a educação inclusiva.

Segundo Lück (2013), o caminho da gestão democrática, seria uma gestão que tivesse a descentralização do ensino, a democratização da escola e a autonomia da sua gestão. A autora quer nos dizer que não podemos pensar em democratização escolar, sem pensar na descentralização do ensino, sem a autonomia do gestor, no trabalho em conjunto. Por “conjunto”, a autora faz referência a toda comunidade escolar, todos os profissionais da educação, sem distinção, como diretor, vice-diretor, orientador pedagógico, coordenador pedagógico, professores, pessoal do administrativo, merendeiras, pessoal dos serviços gerais e, zeladores.

No contexto da gestão educacional a autonomia é um dos conceitos mais evidenciados, estando presente em programas de gestão de sistemas de ensino, do Ministério da Educação e Desporto, como princípio constitucional e na legislação educacional.

A autonomia da gestão evidencia-se como necessidade quando a sociedade pressiona as instituições para que promovam uma mudança significativa em suas ações considerando que as mesmas devam estar contempladas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e que essas ações sejam promovidas de decisões compartilhadas e que ocorram no momento certo e da forma mais efetiva e democrática.

A autonomia consiste em vários conceitos complexos, sendo que algumas vezes ele é mais um conceito de uma prática de discurso, uma intenção, uma proposta. No dicionário Aurélio da língua portuguesa encontrou o registro de que autonomia é “a capacidade de resolver os próprios problemas”. Esse contexto é o principal tema da gestão educacional, resolver a problemática da educação, com os projetos, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) compartilhados com a comunidade escolar.

Segundo Luck (2013), a gestão educacional vai além das paredes da escola, é a responsabilidade da gestão tornar a equipe autônoma pra que eles se tornem sujeitos ativos, participativos em todo o processo gestor, assim, conseqüentemente abrir as portas da escola trazendo os pais para participarem de cursos, da vida educacional de seus filhos, tornando-os agente e responsável social no tomado de decisões da vida escolar, levando em consideração as demandas sociais daquela comunidade singular.

Na busca por sistemas educacionais inclusivos em que todos os alunos possam aprender juntos sem nenhum tipo de discriminação e com igualdade de oportunidades, as políticas educacionais e a organização da escola por meio de práticas inclusivas precisam ser repensadas. Esse novo olhar de educação para todos passa a ser delineado a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 sendo um importante passo para equidade e para garantia dos direitos e condições em um sistema inclusivo. Nessa perspectiva, a educação inclusiva abrange todos que historicamente foram excluídos do sistema educacional fosse em decorrência de deficiência, de situação política, como os refugiados, ou pessoas com altas habilidades.

De acordo com Matos (2013), nas tendências atuais é notório que os princípios, políticos e práticas educativas, caminham para a formação dessa escola para todos, que atenda as necessidades e especificidades dos alunos, rompendo com um sistema de ensino segregador.

Diante desse panorama, Glat(2017) diz que a escola inclusiva precisa estar estruturada, com recursos humanos e práticas educativas que visem atender os que durante muitos anos estiveram à margem do processo educacional.

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais

Metodologia

Este trabalho é de cunho bibliográfica, onde foram consultadas produções acadêmicas como dissertações e teses, como também artigos científicos armazenados em quatro bases de dados: Banco de Teses e Dissertações da Capes; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Dos anais da Anped, foram selecionados os artigos publicados no Grupo de Trabalho (GT) em Educação Especial.

O objetivo foi realizar um mapeamento da produção brasileira, nos últimos 10 anos, sobre a temática da gestão escolar e educacional na perspectiva da inclusão. Foram utilizados como descritores nos bancos de dados da CAPES e do BDTD os termos “gestão e inclusão” para o período de 2008 a 2017. Foram identificados inicialmente 1.309 trabalhos, entre dissertações e teses. Refinando a busca considerando a área da educação, encontramos 84

trabalhos. Considerando a interface com a inclusão foram selecionados 26 trabalhos, por fim, identificamos 15 trabalhos que traziam no título os termos gestão e inclusão.

No banco de dados dos Anais das Reuniões Anuais da Anped, com os descritores “gestão e inclusão” e período de 2008 a 2017, foram selecionados seis trabalhos e na base de dados da Scielo identificamos nove trabalhos, perfazendo um total de total de 15 trabalhos científicos.

Foi realizada a leitura e síntese dos resumos de 99 trabalhos, os quais incluem 10 teses, 74 dissertações e 15 artigos científicos. Após a leitura dos resumos os resultados foram sistematizados em quadros-síntese e selecionados para análise final 30 trabalhos cujas temáticas tratavam da gestão educacional na perspectiva da inclusão sendo 15 entre teses e dissertações e os outros 15 periódicos.

Para análise, os trabalhos foram categorizados da seguinte forma: a) por tipo (teses, dissertações e artigos); b) por região de produção; c) por ano de publicação e os resultados desta análise são apresentados a seguir.

Resultados e Discussões

Das 15 teses e dissertações desenvolvidos em programas de Pós-Graduação, oito são oriundos de instituições da região Sudeste do Brasil (54%) seguido da Região Nordeste com três trabalhos (20%), a Região Sul com 2 (14%) e nas regiões Centro-Oeste e Norte só encontramos um trabalho desenvolvido em cada região, resultando 1% da produção científica brasileira na última década. .

Analisando os anos de maior produtividade sobre o tema Gestão e Inclusão em todos os 30 trabalhos (15 entre teses e dissertações, nove artigos da Scielo e seis da Anped Nacional), verificamos que 11 trabalhos foram produzidos no biênio de 2008 a 2010. No período de 2011 a 2014, obtivemos seis trabalhos. Já nos anos de 2015 a 2017, foram contabilizados 13 trabalhos.

Conclui-se que as maiores produções científicas produzida nas últimas décadas foram nos períodos de 2008 a 2010, com 11 trabalhos, sendo duas teses, duas dissertações e sete artigos e nos anos de 2015 a 2017 com um total de 13 trabalhos, sendo 11 dissertações e dois artigos. Percebemos que no período de 2011 a 2014, não houve teses referente à temática e que no período de 2015 a 2017, teve uma ascensão nas dissertações. Esses acréscimos de publicações foram devido a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, onde deram outro olhar referente ao público alvo da educação Especial, diretrizes referente ao Atendimento Educacional Especializado e a formação dos mediadores para esse público.

Destacamos a importância e relevância da temática na medida em que não há muitos trabalhos pesquisando sobre a gestão educacional na perspectiva da inclusão a nível nacional e principalmente na região Norte.

Conclusões

Diante da necessidade de se refletir sobre o papel do gestor na escola inclusiva, a produção científica apresentada mostra a relevância da pesquisa na Região Norte, pois só encontramos um trabalho sobre a gestão escolar para a educação inclusiva no ano de 2016, nos mostrando a importância da reflexão sobre a temática.

A produção traz aspectos relevantes que envolvem a busca de um sistema educacional inclusivo, no qual urge a necessidade de se repensar a função do gestor educacional, assim como a articulação de ações com a equipe pedagógica e comunidade escolar para a construção da escola inclusiva, pois o envolvimento de todos é parte integrante desse processo.

Neste sentido a escola inclusiva precisa estar alicerçada na gestão democrática, participativa e autônoma, fomentar formação de professores, contextualizarem no Projeto Político Pedagógico (PPP) a realidade na qual está inserida para promoção de estratégias que atendam as necessidades e especificidades dos alunos.

Que a gestão assuma realmente seu papel e sua função democrática, para um Brasil efetivamente justo, igual e plural em toda a instância da sociedade.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CRUZ, Rosilene Miranda Barroso da ET.al. A cultura na organizacional nas empresas e nas escolas. In:

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005, p.54-74.

GLAT, Rosana. (Org.) Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. Cidadania, Diversidade e Educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública. Manaus: EDUA, 2013.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://bit.ly/1yAeHbb>. Acesso em: 15 mai. 2017.

ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da. A gestão escolar democrática: o caso da rede municipal de Mesquita/RJ. 2009. 138p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Ângelo. Ricardo de. Perfil da Gestão Escolar do Brasil. 2006. 302p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.